

Gazeta Imperial

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial Agosto de 2012 Ano XVII Número 200 www.brasilimperial.org.br



Dr. Gustavo Cintra
O ADEUS DE
UM GRANDE
MONARQUISTA

MENSALÃO

HERANÇA DA REPÚBLICA?

Palavra do Presidente

O ADEUS A UM AMIGO

Faleceu neste mês de agosto o Senhor Dr. Gustavo Cintra do Prado, completando a sua missão em nosso Planeta e agora repousa nos braços do Senhor Deus nosso Pai. Ele participou da Juventude Monárquica, do Plebiscito de 1993 e atualmente era Diretor Secretário Geral do Pró Monarquia e também Secretário da Casa Imperial do Brasil. O enterro foi realizado dia 22 de Agosto no Cemitério da Ordem Terceira do Carmo situado. O Instituto Brasil Imperial lamenta esta perda e pede que todos os monarquistas do País dirijam suas orações para este grande amigo que se foi. A lição de sua luta pelo movimento monárquico fica para servir de exemplo para todos nós.



Antonyo da Cruz
Presidente do Instituto Brasil Imperial



MENSALÃO

Vocês têm de ler as palavras exemplares do ministro Marco Aurélio Mello. E eu não errei de personagem! Ninguém, como ele, foi tão duro com o mensalão e com os mensaleiros! Leiam e espalhem este texto!

Reinaldo Azevedo
Jornalista

veja.abril.com.br/blog/reinaldo

Sabem quem proferiu até hoje a condenação mais clara, veemente, inequívoca e irresponsável dos mensaleiros? O ministro Marco Aurélio de Mello! Sim, ele mesmo! Eu, que o tenho criticado muito nos últimos tempos, não teria a menor dificuldade de assinar como se fossem minhas palavras que são suas. E, se as reflexões daquele Marco Aurélio estão presentes no Marco Aurélio de agora, a ambos devoto a minha admiração. Do que estou falando? Já chego lá. Antes, algumas considerações.

Eu não sei se os mensaleiros serão condenados ou absolvidos. Isso é com os membros do Supremo e com a consciência de cada um. Eu não

fico tentando adivinhar o voto desse ou daquele. Limito-me a relatar e a comentar a fala dos ministros e sua atuação dentro e fora do tribunal. Muitos leitores andaram a me fazer cobranças por conta de algumas críticas que fiz aqui a Marco Aurélio Mello. Compreendo a razão. Já o elogiei muitas vezes, ele sabe disso, na contramão até da opinião considerada “correta” pela média da imprensa. Isso nunca me pautou. Não tenho o menor receio de ficar com a minoria se achar que ela está certa. “E agora critica por quê?” Porque não me alinho com pessoas, mas com ideias; não apoio esta ou aquela personagens da vida pública em razão de afinidades pessoais, mas de suas escolhas e atitudes. Elogiei Marco Aurélio, um homem notavelmente inteligente, e outros

tantos quando tomaram atitudes que considere acertadas; e os critiquei quando, a meu juízo, erraram. Fiz consideração parecida quando tratei do ministro Dias Tóffoli. Fui crítico severo de sua indicação, o que não impediu de reconhecer as muitas vezes em que proferiu votos exemplares. E voltei a demonstrar meu desconforto agora, quando não se declarou impedido, o que acho que deveria, sim, ter feito.

Conversei com Marco Aurélio ao telefone umas três ou quatro vezes. Encontramo-nos uma única, num evento social. Em todas elas, uma prosa agradável, vivaz e inteligente. Sempre admirei o que parece ser a sua independência e certo espírito desafiador de falsos consensos. Ele sabe disso porque escrevi isso. As minhas críticas de agora estão

relacionadas, especialmente, à sua loquacidade fora do tribunal. Não quero repisá-las porque estão em arquivo. Costumo dizer que não dou conselhos a gente mais rica e mais poderosa do que eu. E acrescentaria uma terceira restrição: também não aconselho os mais sábios. Em matéria de direito, ele é doutor, e eu não sou nem mesmo aprendiz. A minha opinião — não o meu conselho — é a de que não deve se confundir, ainda que o fizesse por excesso de rigor, com aqueles que pretendem fazer do STF uma caricatura de tribunal de exceção. Só isso! Ao ser judicioso sobre alguns colegas — ainda que pudessem estar errados —, acaba como aliado objetivo de quem não está dando a menor bola para as instituições da República. E isso, definitivamente, não está à sua



altura e à altura de sua história no tribunal. POUCO IMPORTA, REITERO, QUAL SEJA O SEU VOTO.

Viva este Marco Aurélio!

Agora, sim, quero retomar o primeiro parágrafo. No dia 4 de maio de 2006, o ministro Marco Aurélio assumiu, pela segunda vez, o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Fez um discurso primoroso (íntegra aqui). No exercício da Presidência da República, estava o senador Renan Calheiros (acho que Viajandão Inácio da Silva estava fora do país). Vejam que coisa: Márcio Thomaz Bastos, então ministro da Justiça e hoje advogado de um dos réus do mensalão, estava presente à posse. E ouviu do ministro as seguintes palavras. Leiam com atenção! Os destaques são meus. Volto depois.

(...)

Infelizmente, vivenciamos tempos muito estranhos, em que se tornou lugar-comum falar dos descabros que, envolvendo a vida pública, infiltraram na população brasileira – composta, na maior parte, de gente ordeira e honesta – um misto de revolta, desprezo e até mesmo re-

pugnância. São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o País em dois segmentos estanques – o da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura, e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, esforça-se para sobreviver e progredir.

Não há, nessas afirmações – que lamento ter de lançar -, exagero algum de retórica. Não passa dia sem depararmos com manchete de escândalos. Tornou-se quase banal a notícia de indiciamento de autoridades dos diversos escalões não só por um crime, mas por vários, incluindo o de formação de quadrilha, como por último consignado em denúncia do Procurador-Geral da República, Doutor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. A rotina de desfaçatez e indignidade parece não ter limites, levando os já conformados cidadãos brasileiros a uma apatia cada vez mais surpreendente, como se tudo fosse muito natural e

devesse ser assim mesmo; como se todos os homens públicos, nas mais diferentes épocas, fossem e tivessem sido igualmente desonestos, numa mistura indistinta de escárnio e afronta, e o erro passado justificasse os erros presentes.

A repulsa dos que sabem o valor do trabalho árduo se transformou em indiferença e desdém, como acontece quando, por vergonha, alguém desiste de torcer pelo time do coração e resolve ignorar essa parte do cotidiano. É a tática do avestruz: enterrar a cabeça para deixar o vendaval passar. E seguimos como se nada estivesse acontecendo. Perplexos, percebemos, na simples comparação entre o discurso oficial e as notícias jornalísticas, que o Brasil se tornou um país do faz de conta. Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam – o que lhes daria uma carta de alforria prévia para continuar agindo como se nada de mal houvessem feito. Faz de conta que não foram usadas as mais descaradas falcatruas para desviar milhões de reais, num prejuízo irreversível em país de tantos miseráveis. Faz de conta que tais

tipos de abusos não continuam se reproduzindo à plena luz, num desafio cínico à supremacia da lei, cuja observação é tão necessária em momentos conturbados.

Se, por um lado, tal conduta preocupa, porquanto é de analfabetos políticos que se alimentam os autoritarismos, de outro surge insofismável a solidez das instituições nacionais. O Brasil, de forma definitiva e consistente, decidiu pelo Estado Democrático de Direito. Não paira dúvida sobre a permanência do regime democrático. Inexiste, em horizonte próximo ou remoto, a possibilidade de retrocesso ou desordem institucional. De maneira adulta, confrontamo-nos com uma crise ética sem precedentes e dela haveremos de sair melhores e mais fortes. Em Medicina, “crise” traduz o momento que define a evolução da doença para a cura ou para a morte. Que saiamos dessa com invencíveis anticorpos contra a corrupção, principalmente a dos valores morais, sem a qual nenhuma outra subsiste.

Nesse processo de convalescença e cicatrização, é inescusável apontar o papel do Judiciário, que não

pode se furtar de assumir a parcela de responsabilidade nessa avalanche de delitos que sacode o País. Quem ousará discordar que a crença na impunidade é que fermenta o ímpeto transgressor, a ostensiva arrogância na hora de burlar todos os ordenamentos, inclusive os legais? Quem negará que a já lendária morosidade processual acentua a ganância daqueles que consideram não ter a lei braços para alcançar os autoproclamados donos do poder? Quem sobriamente apostará na punição exemplar dos responsáveis pela sordidez que enlameou gabinetes privados e administrativos, transformando-os em balcões de tenebrosas negociações?

Essa pecha de lentidão — que se transmuda em ineficiência — recai sobre o Judiciário injustamente, já que não lhe cabe outro procedimento senão fazer cumprir a lei, essa mesma lei que por vezes o engessa e desmoraliza, recusando-lhe os meios de proclamar a Justiça com efetividade, com o poder de persuasão devido. Pois bem, se aqueles que deveriam buscar o aperfeiçoamento dos mecanismos preferem ocultar-se por trás de negociatas, que o façam sem a falsa proteção do mandato. A República não suporta mais tanto desvio de conduta.

(...)

Àqueles que continuam zombando diante de tão simples obviedades, é bom lembrar que não são poucos os homens públicos brasileiros sérios, cuja honra não se afasta com o tilintar de moedas, com promessas de poder ou mesmo com retaliações, e que a imensa maioria dos servidores públicos abomina a falta de princípios dos inescrupulosos que pretendem vergar o Estado ao peso de ideologias espúrias, de mirabolantes projetos de poder. Aos que laboram em tamanhas tolices, nunca é demais frisar que se a ordem jurídica não aceita o desconhecimento da lei como escusa até do mais humilde dos cidadãos, muito menos há de admitir a desinformação dos fatos pelos agentes públicos, a brandirem a ignorância dos acontecimentos como tábua de salvação.

(...)

No que depender desta Presidência, o Judiciário compromete-se com

redobrado desvelo na aplicação da lei. Não haverá contemporizações a pretexto de eventuais lacunas da lei, até porque, se omissa a legislação, cumpre ao magistrado interpretá-la à luz dos princípios do Direito, dos institutos de hermenêutica, atendendo aos anseios dos cidadãos, aos anseios da coletividade. Que ninguém se engane: não ocorrerá tergiversação capaz de turbar o real objetivo da lei, nem artifício conducente a legitimar a aparente vontade das urnas, se o pleito mostrar-se evitado de irregularidades. Esqueçam, por exemplo, a aprovação de contas com as famosas ressalvas. Passem ao largo das chicanas, dos jeitinhos, dos ardis possibilitados pelas entrelinhas dos diplomas legais. Repito: no que depender desta Cadeira, não haverá condescendência de qualquer ordem. Nenhum fim legitimará o meio condenável. A lei será aplicada com a maior austeridade possível — como, de resto, é o que deve ser. Bem se vê que os anticorpos de que já falei começam a produzir os efeitos almejados. Esta é a vontade esmagadora dos brasileiros.

No mais, é aguçar os sentidos, a coragem, é aumentar a dedicação, acurar a inteligência e desdobrar as horas e as forças, no intuito único de servir à aspiração geral por um plei-

to limpo, civilizado e justo. É o que o Brasil merece e espera. É o que solenemente prometo ao assumir esta Presidência.

Muito obrigado.

Voltei

Tudo foi dito ali, nas barbas do presidente em exercício — e acho que Marco Aurélio teria dito a mesma coisa ainda que presente o titular — e do então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Marco Aurélio tem clareza de que o escândalo apelidado de mensalão era a expressão do “segmento da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura (...)”

O ministro lamenta a banalização da corrupção e se refere explicitamente à denúncia formulada pelo então procurador-geral da República: “Tornou-se quase banal a notícia de indiciamento de autoridades dos diversos escalões não só por um crime, mas por vários, incluindo o de formação de quadrilha, como por último consignado em denúncia do Procurador-Geral da República, Doutor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza”. E tem consciência do papel que está reservado ao Poder Judiciário: “Nesse processo de convalescença e cicatrização, é inescusável apontar o papel do

Judiciário, que não pode se furtar de assumir a parcela de responsabilidade nessa avalanche de delitos que sacode o País.”

Convicções

Ao Marco Aurélio que pensa e age assim, o meu reconhecimento. Não quero aqui tomar o que vai acima como antecipação do seu voto, mas me parece que o ministro com as convicções de 2006 iluminará o ministro que vai votar em 2012. Afinal, sabe que os brasileiros abominam “a falta de princípios dos inescrupulosos que pretendem vergar o Estado ao peso de ideologias espúrias, de mirabolantes projetos de poder”. O que eu espero de Marco Aurélio — porque ele tem história que me autoriza a ter esta esperança — é a consideração de que o eventual uso do dinheiro do mensalão para cuidar de eleições (passadas ou, então, futuras) é um elemento que agrava a situação dos réus, não uma porta de saída para a impunidade. A ser assim, ao peculato, à lavagem de dinheiro, à corrupção ativa, à corrupção passiva, à formação de quadrilha, a isso tudo, juntou-se a descarada tentativa de fraudar o próprio processo democrático. Aqueles crimes foram instrumentos de um crime de lesa democracia.

Prefiro acreditar que o ministro de 2006 está presente no ministro de 2012, com os mesmos valores.

Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço

MENSALÃO PARA CRIANÇAS

Site do STF

A Turminha do MPF foi criada em 2009 com o objetivo de conversar, especialmente com crianças e adolescentes, sobre assuntos relacionados à atuação do Ministério Público Federal. Seu slogan é: “Assunto de gente grande para gente pequena”. Seu principal canal é o site onde são utilizados recursos como textos, ilustrações, animações e gráficos para facilitar a compreensão de temas complexos, tendo em vista o público-alvo. Além disso, a página sempre procura fornecer links para cartilhas, outros sites, íntegras de ações, a fim de que os interessados possam aprofundar-se.

O material do site da Turminha do MPF tem cunho informativo e tem como base o trabalho dos procuradores da República. Ao longo dos anos, o site vem publicando diversas matérias sobre atuação do MPF, em temas como:

esquema de corrupção no Distrito Federal, improbidade administrativa, crimes praticados por prefeitos, exploração de trabalhadores em condições análogas a de escravos, crimes ambientais, exploração sexual, pedofilia, cotas, crimes praticados com uso da internet, tráfico de pessoas, Comissão da Verdade, tortura, reforma do Código Penal, crimes eleitorais, igualdade de direitos (primeira mul-

Mapa do Site Acessibilidade Contato Sobre o site Política de segurança

turminha do MPF
Assunto de gente grande para gente pequena

Você está aqui: Página Inicial

Procure aqui ir

- Início
- O MPF - o que é isso?
- Apresentação
- Conheça a turma toda
- Proteja a Natureza
- Nossa Cultura
- Honestidade no dia a dia
- Para que servem as leis
- Eu Sei Comprar
- Viva a Diferença
- Direitos das crianças
- Eleições
- Blogs
- Jogos e atividades
- Multimídia
- Pergunte à Turminha
- Para o Professor
- Notícias
- Continue a história
- Galeria de imagens
- Glossário
- Sites interessantes

Turminha do MPF: Assunto de gente grande para gente pequena

JOGOS E ATIVIDADES

ÁUDIO VIDEO

Continue a História

Cartilhas

GALERIA

ELEIÇÕES

BLOGS

Solicitação de material >>
Turminha do MPF nas eleições 2012

Você sabia? O voto no Brasil é obrigatório >>

NOVIDADES

21/08/2012 - Existência de transgênicos em alimentos deve ser exposta no rótulo

GIBI da Turminha do MPF

her Presidente da República), Lei Maria da Penha.

Diante do julgamento da AP 470 (mensalão), tema de grande atuação do Ministério Público Federal, a Turminha do MPF viu uma oportunidade para tratar do assunto, além de explicar a atuação do MPF na área criminal e perante o Supremo Tribunal Federal. Como o foco é a atuação do MPF, os textos tomaram

por base a denúncia e as alegações finais, ou seja, as peças processuais do MPF, sem deixar de mencionar a defesa e oferecer acesso ao texto onde se encontra na íntegra. Também houve cuidado de sempre se deixar clara a fonte das informações e que tratavam do ponto de vista do órgão de acusação. Também buscou-se informar que as pessoas mencionadas nos textos são réus e não condenados.

Não foi elaborada cartilha sobre o assunto e também não houve orientação de distribuição em sala de aula.

Por fim, a proposta do site da Turminha do MPF, como dos outros veículos de comunicação institucional da Procuradoria-Geral da República, é acompanhar o julgamento para, inclusive, informar o resultado, independentemente de condenação ou absolvição.

Artigo

Os “Amigos do Povo” contra o mérito

Demétrio Magnoli

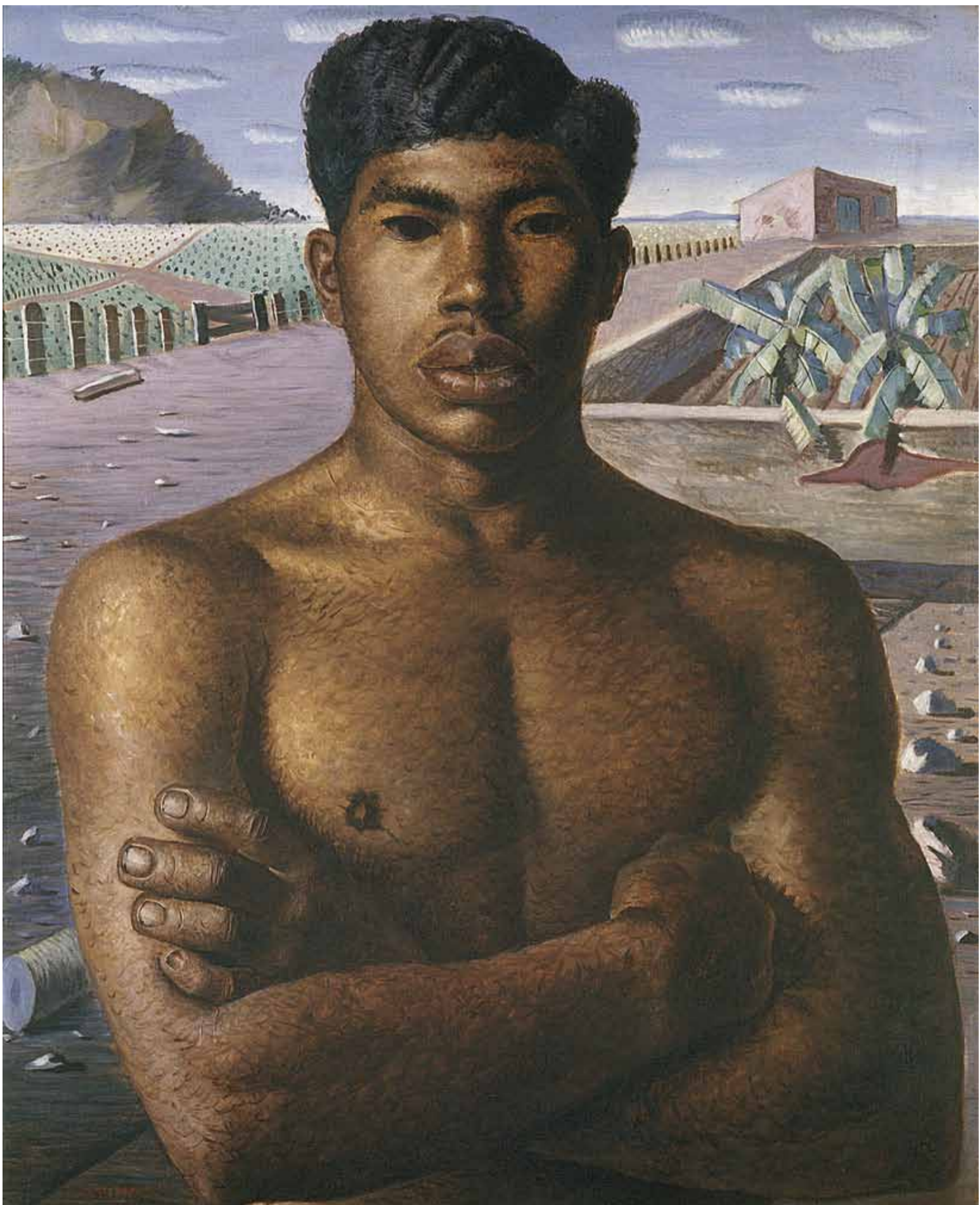
Artigo publicado na jornal Estado de S.Paulo
em 16 de agosto de 2012

A assinatura da deputada Nice Lobão — campeã em faltas na Câmara e esposa do ministro Edison Lobão, protegido de José Sarney — no projeto de lei de cotas nas instituições federais de ensino superior e médio é um desses acasos repletos de significados. Por intermédio de Nice, a nova elite política petista se abraça às elites tradicionais numa santa aliança contra o princípio do mérito. Os aliados exibem o projeto como um reencontro do Brasil consigo mesmo. De um modo perverso, eles têm razão.

Nunca antes uma democracia aprovou lei similar. Nos EUA as políticas de preferências raciais jamais se cristalizaram em reservas de cotas numéricas. Índia e África do Sul reservaram parcelas pequenas das vagas universitárias a grupos populacionais específicos. O Brasil prepara-se para excluir 50% das vagas das instituições federais da concorrência geral, destinando-as a estudantes provenientes de escolas públicas.

O texto votado no Senado, ilustração acabada dos costumes políticos em voga, concilia pelo método da justaposição as demandas dos mais diversos “amigos do povo”. Metade das vagas reservadas contemplará jovens oriundos de famílias com renda não superior a 1,5 salário mínimo. Todas elas, em cada “curso e turno”, serão repartidas em sub-cotas raciais destinadas a “negros, pardos e indígenas” nas proporções de tais grupos na população do Estado em que se situa a instituição. Uma extravagância final abole os exames gerais, determinando que os cotistas sejam selecionados pelas notas obtidas em suas escolas de origem.

Gueto é o nome do jogo. Só haverá



Nunca antes uma democracia aprovou lei similar. Nos EUA as políticas de preferências raciais jamais se cristalizaram em reservas de cotas numéricas. Índia e África do Sul reservaram parcelas pequenas das vagas universitárias a grupos populacionais específicos. O Brasil prepara-se para excluir 50% das vagas das instituições federais da concorrência geral, destinando-as a estudantes provenientes de escolas públicas

uma espécie viciada de concorrência entre “iguais”: alunos de escolas públicas concorrem entre si, mas não com alunos de escolas privadas. Jovens miseráveis não concorrem com jovens pobres. “Pardos” competem entre si, mas não com “brancos” ou “negros”, detentores de suas próprias cotas. Cada um no seu quadrado: todos têm um lugar ao sol — mas o sol que ilumina uns não é o mesmo que ilumina os outros. No fim do arco-íris, cada cotista portará o rótulo de representante de uma minoria oficialmente reconhecida. O “branco” se sentará ao lado do “negro”, do “pardo”, do “indígena”, do “pobre” e do “miserável” — e todos, separados, mas iguais, agradecerão a seus padrinhos políticos pela vaga concedida.

Nice Lobão é apenas um detalhe significativo. O projeto reflete um consenso de Estado. Nasce no Congresso, tem o apoio da presidente, que prometeu sancioná-lo, e a bênção prévia do STF, que atirou o princípio da igualdade dos cidadãos à lixeira das formalidades jurídicas ao declarar a constitucionalidade das cotas raciais. O Estado brasileiro desembaraça-se do princípio do mérito alegando que se trata de critério “elitista”. Na verdade, é o avesso disso: a meritocracia difundiu-se no pensamento ocidental com as Luzes, junto com o princípio da igualdade perante a lei, na hora do combate aos critérios aristocráticos de promoção escolar e preenchimento de cargos no serviço público. Naquele contexto, para suprimir a influência do “sangue azul” na constituição das burocracias públicas, nasceram os concursos baseados em exames. O princípio do mérito não produz, magicamente, a igualdade de oportunidades, mas registra com eficiência as injustiças sociais. Os

vestibulares e o Enem revelam as intoleráveis disparidades de qualidade entre escolas privadas e públicas. Entretanto, revelam também que em todos os Estados existem escolas públicas com desempenho similar ao das melhores escolas particulares. A constatação deveria ser o ponto de partida para uma revolução no ensino público destinada a equalizar por cima a qualidade da educação oferecida aos jovens. No lugar disso, a lei de cotas oculta o fracasso do ensino público, evitando o cotejo entre escolas públicas e privadas. Os “amigos do povo” asseguram, pela abolição do mérito, a continuidade do apartheid educacional brasileiro.

O ingresso em massa de cotistas terá impacto devastador nas universidades federais. Por motivos óbvios, elas estão condenadas a espelhar o nível médio das escolas públicas que fornecerão 50% de seus graduandos. Hoje quase todos os reitores das federais funcionam como meros despachantes do poder de turno. Mesmo assim, eles alertam para os efeitos do populismo sem freios. O Brasil queima a meta da excelência na pira de sacrifício dos interesses de curto prazo de sua elite política. Os “amigos do povo” convertem o ensino público superior em ferramenta de mistificação ideológica e fabricação de clientelas eleitorais. No STF, durante o julgamento das cotas raciais, Marco Aurélio Mello pediu a “generalização” das políticas de cotas. A “lei Lobão” atende ao apelo do juiz que, como seus pares, fulminou o artigo 208 da Constituição, no qual está consagrado o princípio do mérito para o acesso ao ensino superior. Mas a virtual abolição do princípio surtirá efeitos em cascata na esfera do funcionalismo público, que interes-



Por intermédio de Nice, a nova elite política petista se abraça às elites tradicionais numa santa aliança contra o princípio do mérito. Os aliados exibem o projeto como um reencontro do Brasil consigo mesmo. De um modo perverso, eles têm razão

sa crucialmente à elite política. As próximas leis de cotas tratarão de desmoralizar os concursos públicos nos processos de contratação, nos diversos níveis de governo. A meritocracia é o alicerce que sustenta as modernas burocracias estatais, traçando limites ao aparelhamento político da administração pública. Escandalosamente, a elite política brasileira reserva para si a prerrogativa de nomear os ocupantes de centenas de milhares de cargos de livre provimento, uma fon-

te inigualável de poder e corrupção. A ofensiva dos “amigos do povo” contra o princípio do mérito tem a finalidade indireta, mas estratégica, de perpetuar e estender o controle dos partidos sobre a administração pública.

O país do patrimonialismo, do clientelismo, dos amigos e dos favores moderniza sua própria tradição ao se desvencilhar de um efêmero flerte com o princípio do mérito. Nice Lobão é um retrato fiel da elite política remodelada pelo lulismo.

Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço

JANTARES INTELIGENTES

Luiz Felipe Pondé

Publicado no jornal Folha de S.Paulo

VOCÊ JÁ foi a um jantar inteligente? Jantares inteligentes são frequentados por psicanalistas, artistas plásticos, músicos, atores, jornalistas, publicitários (com a condição de falar mal da publicidade), médicos (esses porque, como é sempre chique ser médico, não se dispensa médicos nunca), produtores, “videomakers”, antropólogos, sociólogos, historiadores, filósofos.

Administrador de empresa não pega bem (a menos que tenha um negócio sustentável). Engenheiros, coitados, só vão se forem casados com psicanalistas que traduzem pra eles esse mundo de gente inteligente. Advogados podem ir porque é sempre necessário um cínico inteligente em qualquer lugar. Pedagogas, só se casadas com esses advogados e por isso talvez consigam bancar amizades chiques assim.

Ricos são sempre bem-vindos apesar de gente inteligente fingir que não gosta de dinheiro. Pobre só se for na cozinha, mas são super bem tratados. Claro, tem que ter um

amigo gay feliz.

Essa gente é descoladíssima. Seus filhos estudam em escolas de esquerda, claro, do tipo que discute o modelo cubano de economia a R\$ 2 mil por mês.

Quando viajam ficam em lugares que reúne natureza “pura”, tradição (apenas como “tempero do ambiente”) e pouca gente (apesar de jurarem ser a favor da democracia para todos, só gostam de passar férias onde o “povo” não vai).

Detalhe: é essencial achar todo mundo “ridículo” porque isso faz você se sentir mais inteligente, claro.

Quanto à religião, católica nem pensar. Evangélicos, um horror. Espírita? Coisa de classe média baixa. Budista, cai muito bem. Judaica? Uma mãe judia deixa qualquer um chique de matar de inveja. Judaísmo não é religião, é grife.

Mas o que me encanta mesmo são as “atitudes” que se deve ter para se frequentar jantares inteligentes assim. Claro, não se aceita qualquer um num jantar no qual papo cabeça é o antepasto.

Quer saber a lista de preconceitos que pessoas inteligentes têm? Qualquer um desses “gestos” abaixo você pode

ter, que pega bem com comida vietnamita ou peruana.

1) A Igreja Católica é um horror e o papa Bento 16 é atrasadíssimo. Claro que não vale ter lido de fato nada do que ele escreveu;

2) Matar Osama bin Laden sem julgamento foi um ato de violência porque terroristas são pessoas boazinhas que querem negociar a paz em meio a criancinhas;

3) Ter ciúmes é coisa de gente mal resolvida;

4) Se algum dia um gay lhe cantar e você se sentir mal com isso, você precisa rever seus conceitos porque gente inteligente nunca tem mal-estar com coisas assim;

5) Se seu filho for mal na escola, minta. Se alguém descobrir, ponha a culpa na professora, que é mal preparada pra lidar com crianças como seus filhos, que se preocupam com as baleias já aos 11 anos e discutem a África no Twitter;

6) Caso leve seus filhos à Disney, não conte a ninguém, pelo amor de Deus!;

7) Acima de tudo, abomine os Estados Unidos, ache Obama ótimo e vá à Nova York porque Nova York “não são os Estados Unidos”;

8) Não seja muito simpático com ninguém porque gente simpática é gente carente e gente assim procura “eye contact” em festas. Um conselho: olhe sempre para um ponto no horizonte. Assim, se alguém falar com você, ela é que é carente;

9) Ache uma situação para dizer que você conhece uma cidadezinha no sul da Itália e lá ficou hospedado na casa de uma amiga brasileira casada com um italiano que defende o direito dos imigrantes africanos e odeia Silvio Berlusconi;

10) O ideal seria se você tivesse passaporte italiano também;

11) Se alguém falar pra você que não dá para pagar direitos sociais e médicos para imigrantes ilegais na Europa, considere essa pessoa um “reacionário de direita”, mesmo que você não aceite sustentar alguém que não seja você mesmo e sua família (no caso da família nem sempre, claro);

12) No conflito israelo-palestino, não tenha dúvida, seja contra Israel, mesmo que morra de medo de ir lá e não tenha lido uma linha sequer sobre a história do conflito;

13) Se você se sentir mal com a legalização do aborto, minta;

14) Deixe transparecer que só os outros transam pouco;

15) Seja ateu, mas blasé.

Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço



Exposição

Museu Imperial prorroga exposição “Artistas Italianos no Brasil Imperial”

Museu Imperial

Devido ao grande sucesso de público, o Museu Imperial irá prorrogar a exposição “Artistas Italianos no Brasil Imperial”, que seria encerrada no dia 05 de agosto, até 30 de setembro. Inaugurada em 16 de março, a exposição já recebeu mais de 117 mil visitantes até o momento.

Parte das comemorações oficiais do Momento Itália-Brasil 2011-2012, a mostra tem curadoria de Maurício Vicente Ferreira Jr., diretor do Mu-

seu Imperial. Entre as peças, estão pinturas, gravuras, joias, esculturas, livros e objetos. São obras de artistas da península itálica que vieram ao Brasil e/ou retrataram aspectos brasileiros durante o século XIX.

Além de autores consagrados, como Nicolao Fachinetti, Edoardo de Martino e Alessandro Cicarelli, a exposição traz ainda outros desconhecidos do grande público, dentre eles Natale Schiavoni, Umberto Cavina, Giovanni Pagani e Carlo Ferrario. Destacam-se ainda obras do prínci-

pe-artista Luigi di Borbonne, o conde d'Áquila, príncipe das Duas Sicílias e cunhado do imperador d. Pedro II. Também é possível conferir as charges políticas de Angelo Agostini, editor de célebres jornais ilustrados da segunda metade do século XIX.

A exposição “Artistas Italianos no Brasil Imperial” está aberta de terça-feira a domingo, das 11h às 18h, na Sala de Exposições Temporárias do Museu. A entrada está incluída no ingresso de visitação ao Museu, que custa R\$ 8,00 (inteira) e R\$

4,00 (meia, para estudantes, professores e maiores de 60 anos).

SERVIÇOS

Exposição “Artistas Italianos no Brasil Imperial”

Data: até 30 de setembro de 2012

Visitação: de terça-feira a domingo, das 11h às 18h

Local: Sala de Exposições Temporárias do Museu Imperial

Entrada: incluída no valor do ingresso para o Museu (R\$ 8,00)

Livros

A FILOSOFIA E O SEU INVERSO

O NOVO LIVRO DE OLAVO DE CARVALHO

Rodrigo Gurgel
nas orelhas do livro

O que é pensar? O que une Kant às decisões da ONU em favor de um governo global? Por que o culto da ciência “começa na ignorância do que seja a razão e culmina no apelo explícito à autoridade do irracional”? Essas e outras questões são respondidas por Olavo de Carvalho neste livro que reúne alguns de seus textos produzidos nos últimos anos.

Mas devemos ler Olavo de Carvalho? Há duas respostas possíveis: a dos seus detratores, sempre negativa. E a dos que se recusam a aceitar o doutrinamento da Weltanschauung pós-moderna, que, ameahando adeptos entre liberais e esquerdistas, baseia-se num tripé corruptor: relativismo, hedonismo e ateísmo.

Olavo sabe que, para uma efetiva resistência cultural, os que desejam se manter lúcidos devem possuir um corpo teórico consistente, capaz de apresentar respostas persuasivas ao mundo de falso desvanecimento do homem contemporâneo e de advogar em defesa da verdade, o valor mais vilipendiado nos dias atuais.

Assim, frente aos ideólogos cujo objetivo é nos convencer de que princípios e valores são obstáculos à liberdade, Olavo denuncia a ditadura do relativismo – a arma que restou à esquerda diante do fracasso da ditadura do proletariado. E o faz com seu estilo característico, que lhe permite, como ele mesmo diz, “transitar livremente entre o discurso acadêmico e a voz do coração”, movido por seu objetivo “quase obsessivo: a busca do Supremo Bem”

Nada é pequeno neste livro. A resposta a certos polemistas transforma-se nos degraus que Olavo transpõe para ensinar arquitetura gótica ou recolocar a lógica como elemento acessório da produção filosófica. Desmonta Martial Guérault, presta tributo à inesquecível figura de Stanislavs Ladusâns, rebate Peter Singer, Richard Dawkins e outros pseudoluminares. E o faz seguindo o método que propõe a seus alunos: espantar-se frente à realidade da experiência. Mas não só. Olavo de Carvalho nos lembra que não esquecer nossa condição mortal é o ponto de partida da investigação metafísica. Aqui, ele ultrapassa a filosofia – e assemelha-se aos mestres da espiritualidade monástica, que recomendam a reflexão sobre a própria morte para curar uma das mais nocivas doenças da alma: a acídia.



Ficha Técnica:

Editora: Vide Editorial

Número de Páginas: 264

Idioma: Português (Brasil)

ISBN: 9788562910067

Dimensões do Livro: 16 x 23

cm

<http://www.videeditorial.com.br>

Visita de D. Pedro II ao Egito

